

Ditadura e Homossexualidades: Iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva"

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" foi pioneira na proposta de apurar as violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura brasileira contra a população de lésbicas, gays, transexuais e transgêneros (LGBT), bem como na tentativa de compreender as formas de resistência que a organização ainda incipiente do movimento LGBT empreendeu nesse momento.

Com efeito, a atuação desta Comissão sempre esteve orientada para a visibilização política de setores marginalizados nas narrativas oficiais da história recente de nosso país. Mesmo na historiografia dedicada à ditadura, nota-se que havia uma lacuna de trabalhos mais sistemáticos e aprofundados com um recorte específico de gênero e sexualidade.

Investigar e discutir as complexas relações entre a ditadura militar e as "homossexualidades" no plural, como se dizia à época para dar conta de todas as formas de orientação sexual e identidade de gênero, foi uma contribuição fundamental para o aprofundamento democrático dado por esta Comissão.

O passo inicial foi dado quando da realização da 98ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", com o tema "Ditadura e homossexualidade: resistência do movimento LGBT", ocorrida no dia 26 de novembro de 2013, às 14h, no auditório Teotônio Vilela.

Para compor a mesa, foram convidados dois militantes reconhecidos e históricos do movimento LGBT e da luta contra a ditadura, James N. Green e Marisa Fernandes. Ambos deram importantes relatos, em primeira pessoa e como pesquisadores, sobre as formas de operar de um poder repressor que perseguiu as sexualidades dissidentes.

Por meio dessa audiência inicial, foi gestado um projeto de um livro¹, que resultou na organização de uma segunda audiência intitulada "Ditadura e Homossexualidade no Brasil", realizada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) com a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" e em parceria com o Memorial da Resistência no dia 29 de março de 2014. Estiveram presentes na mesa de abertura Marcelo Araújo (Secretário da Cultura de SP), Eloísa Arruda (Secretária de Justiça de SP), Paulo Sérgio Pinheiro (membro da CNV) e Adriano Diogo (presidente da Comissão da Verdade de SP).

Nessa segunda audiência mais ampla, com a presença de diferentes setores dos movimentos sociais de direitos humanos e LGBTs, pesquisadores convidados apresentaram seus trabalhos que tratavam de aspectos particulares desse cruzamento entre ditadura e homossexualidades. Nomeadamente, estiveram presentes os seguintes estudiosos: Benjamin Cowan, James N. Green, Marisa Fernandes, Rafael Freitas, Renan Quinalha e Rita Colaço.

Benjamin Cowan apresentou sua pesquisa sobre o discurso homofóbico da ditadura, analisando textos de revistas militares, documentos e discursos de época dos oficiais das Forças Armadas. Ele nota que a associação entre a homossexualidade como uma ameaça e a subversão política foi um dos conceitos básicos que sustentava a ideologia da ditadura e que servia como justificativa para os vários tipos de repressão sobre a sociedade brasileira e, especificamente, aos gays, às lésbicas e às travestis nos anos 1960 e 1970².

James Green, por sua vez, destacou sua atuação na época da ditadura, destacando-se a articulação do grupo SOMOS e as relações do nascente movimento LGBT com a esquerda brasileira nas lutas pela redemocratização³.

Marisa Fernandes dedicou-se ao exame da situação das lésbicas na sociedade brasileira e dentro do movimento LGBT. Ela mencionou o caso da

¹ GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2014.

² Sua fala na audiência pode ser acessada nesse link: <https://www.youtube.com/watch?v=eABs9T6KhuY>

³ Sua fala na audiência pode ser acessada nesse link: <https://www.youtube.com/watch?v=9kLSQ1fNlfo>

escritora Cassandra Rios, tratado mais adiante, bem como a atuação das lésbicas dentro do movimento feminista que então se reorganizava também.⁴

Rafael Freitas apresentou um panorama da perseguição que as forças de segurança empreenderam, na cidade de São Paulo entre 1976 a 1982, contra a população LGBT e prostitutas. Em especial, foi destacada a atuação do delegado José Wilson Richetti e também do delegado Guido Fonseca⁵.

Renan Quinalha discutiu a relevância de incluir um recorte LGBT no trabalho de memória e verdade em relação aos crimes da ditadura, algo que não ocorreu até este momento das Comissões da Verdade. Ele sinalizou a importância histórica dessa mudança de postura de se ampliar a categoria de vítimas e considerar, na construção das narrativas, os marcadores sociais da diferença que operam no campo da sexualidade e do gênero.

Rita Colaço, por fim, abordou aspectos relativos ao sistema de justiça e às operações de censura, explorando como o Estado repressor se valeu desses instrumentos para controle das liberdades de expressão e artística. Referindo-se a casos de jornalistas, artistas e apresentadores de TV, a pesquisadora demonstrou como a moral informava esses aparatos de repressão.

Essas iniciativas marcam uma mudança de postura do Estado brasileiro digna de nota: com as Comissões da Verdade, nota-se que começa a haver uma abertura mais visível, ainda que pequena, para que os marcadores sociais de diferenças sejam efetivamente levados em conta no trabalho de justiça e de memória feito pelo Estado brasileiro, o que aconteceu de maneira muito tímida e pontual nos momentos anteriores.

Até o momento, pode-se afirmar que são poucas as tentativas de pesquisas que propõem essa relação entre a perseguição baseada em marcadores sociais da diferença (especificamente sexual e de gênero) e a repressão. Isso se explica

⁴ Sua fala na audiência pode ser acessada nesse link: <https://www.youtube.com/watch?v=7fbuav8NDf4>

⁵ Em virtudes de problemas técnicos com a gravação feita pela EBC, não foi possível disponibilizar essa fala e as que se seguiram. Vale, contudo, para um aprofundamento nessa questão, consultar a dissertação de mestrado de Rafael Freitas, intitulada "Amor, Feijão, Abaixo o Camburão: imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1976 – 1983)" defendida em 2014 junto ao Departamento de Histórica da PUC/SP.

em boa medida porque, por um lado, é fato que as restrições de direitos e as violências contra pessoas LGBT sempre existiram com certa tolerância (para não dizer convivência) das instituições políticas e órgãos de Estado. Por outro lado, percebe-se que a dimensão patriarcal, machista e homofóbica da violência do Estado acaba se diluindo na superfície dos padrões gerais de violações de direitos humanos da ditadura, que perseguiu não apenas homossexuais como se sabe, mas opositores políticos que eram vistos como ameaça ao regime estabelecido a partir do golpe⁶.

Repressão e libertação sexual: um paradoxo na ditadura

Em sua fala na primeira audiência pública referida, James iniciou apontando um paradoxo que se nota nos primeiros anos que se seguiram ao golpe de 1964. Ao mesmo tempo em que tem início a repressão voltada especialmente contra o trabalhismo, a esquerda marxista, os movimentos populares e alguns intelectuais, com uma primeira investida do estado, com a intensificação da prática de torturas e cassações, também emerge um espaço de sociabilidade novo com bares, restaurantes e boates com público exclusivamente LGBT.

Segundo ele, nessa primeira fase que vai até 1968, "surge essa visibilidade, essa sociabilidade, onde as pessoas começam a criar redes de amizades, de apoio entre eles, muito mais visíveis e audazes, além do momento de carnaval e das festas íntimas dentro das suas casas. Há um lento processo de mudança entre esses grupos sociais de amizades, de amigos, onde certas pessoas começam a articular em 1967, 1968 uma visão crítica à homofobia e certa possibilidade de mobilização político-social"⁷.

Essa ambiguidade é acentuada no simbólico ano de 1968. Por um lado, houve uma intensificação do florescimento social, cultural e político no Brasil e no

⁶ Para mais elementos, cf. QUINALHA, Renan. A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2014.

⁷ 98ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva".

resto do mundo e dentro das mobilizações contra a ditadura e as mudanças na cultura. Por outro, operou-se o recrudescimento da repressão. James Green assim aponta essa situação:

Houve um espaço para imaginar a possibilidade de uma articulação política sobre a opressão aos homossexuais que se nota nas publicações que circulavam em 1968, ou seja, havia uma tentativa aqui no Brasil, nesse ano, de articular novas ideias sobre a sexualidade, sobre gênero, sobre as possibilidades, porém o ato institucional nº 5, no final do ano, acabou com tudo isso⁸.

Mas vale notar que esse florescimento não pode ser interpretado como um efeito do fechamento dos canais de participação e expressão que era então promovido por parte da ditadura. Ao contrário, ele é o efeito tardio de décadas de marcante desenvolvimento nacional, com maior integração das camadas populares e criação de um clima favorável aos ventos de mudança que também vinham do exterior.

Assim, uma marca importante para compreender a questão LGBT durante a ditadura é essa contradição, pois “de um lado houve essa repressão nítida contra setores politizados e outros setores sociais, mas para LGBTs era um momento de expansão social porque o milagre econômico, o crescimento econômico dos anos 1968 até 1973, criou um novo espaço para as classes médias de consumo e de possibilidade de uma sociabilidade pública que não existia antes. Então é o momento de novas boates e possibilidade de vivência pública para muitos gays e lésbicas que criou uma certa noção de que havia uma liberdade social, porque havia mais acesso a outras pessoas, a uma vida social mais pública, mas tem que lembrar que, ao mesmo tempo que houve essa boates e esses lugares de sociabilidade, que eram importantes para a comunidade, existiam também outras medidas da própria ditadura contra a homossexualidade nesse período”⁹.

⁸ 98ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”.

⁹ 98ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”.

Com efeito, essa impressão de maior liberdade e do alargamento de espaços de sociabilidade foi desfeita por atos muito concretos da repressão que ilustram a política de perseguição específica da ditadura em relação às homossexualidades.

Uma repressão particular dirigida à população LGBT

A discriminação contras pessoas LGBT não surgiu durante a ditadura¹⁰. Suas origens remontam a períodos muito anteriores da história brasileira. A homofobia esteve sempre embutida em diversas esferas e manifestações da cultura em nosso país: nos discursos médico-legais, que consideravam a homossexualidade uma doença; em discursos religiosos, que condenavam o ato homossexual como pecado; em visões criminológicas conservadoras, que tratavam homossexuais como um perigo social; e em valores tradicionais que desqualificavam e estigmatizavam pessoas que não se comportavam de acordo com os padrões de gênero prevalentes como pessoas anormais, instáveis e degeneradas, caracterizando a homossexualidade como um atentado contra a família.

Embora esses valores sociais e culturais contrários à homossexualidade tenham se afirmado com nitidez e se condensado em postos oficiais do Estado nesse momento, pode-se dizer que existia também uma certa tolerância, ainda que bastante relativa, de alguns setores às práticas homossexuais, desde que estas se mantivessem dentro de espaços sociais bem demarcados e circunscritos: Carnaval, lugares fechados e isolados de sociabilidade LGBT, certas profissões consideradas “delicadas” ou “criativas” para homens, ligadas às noções de gênero sobre a feminilidade tradicional, bem como certos lugares reservados para mulheres masculinizadas.

¹⁰ Essa seção tem por base o texto de autoria de James N. Green e Renan Quinalha intitulado “Contribuição sobre o tema Ditadura e Homossexualidade para relatório final da Comissão Nacional da Verdade e parceiras”, publicado na obra *Ditadura e homossexualidade no Brasil: repressão, resistência e a busca da verdade* (EdUFSCar, 2014), organizado por James N. Green e Renan H. Quinalha.

Vale ressaltar, no entanto, que essa tolerância incipiente não foi um fruto do processo político de fechamento que levou à ditadura. Foram as mudanças profundas ocorridas dentro e fora do país, ainda nos anos 1950 e 1960, que possibilitaram a criação de novas atitudes diante da homossexualidade e que levaram a uma maior aceitação das diferenças no campo da sexualidade. São símbolos dessas lutas pela ampliação do reconhecimento de outras identidades e orientações sexuais as ações dos novos movimentos sociais nos EUA, Europa e Argentina que, no final dos anos 1960, já reivindicavam um outro tratamento social frente à homossexualidade.

Porém, a eliminação de direitos democráticos e de liberdades públicas que desencadeada com o golpe de 1964, com a instauração de um regime autoritário e repressor, adiou as possibilidades da constituição de um movimento desta natureza no Brasil, adiando-se a emergência de atores políticos pautando esses temas na cena pública. Paralelamente, a ditadura reforçou o poder da polícia, a censura sobre diversas esferas da vida e as arbitrariedades da repressão estatal, instituindo uma notória permissividade para a prática de graves violações dos direitos humanos de pessoas LGBT.

Por causa da repressão generalizada do regime pós-1964, que dificultava qualquer possibilidade de organização de gays, lésbicas e travestis nos anos 1960 e no começo dos anos 1970 não surgiu uma rede bem estruturada de ativistas para monitorar a situação, documentar as violações de direitos humanos quando elas ocorreram e mesmo fazer as denúncias públicas, afinal, a censura não permitia esse nível de liberdade de expressão e de ação política. Este processo de acompanhamento das agressões homofóbicas somente aconteceu a partir dos anos 1980, quando coletivos como Grupo Gay da Bahia (GGB) começaram a coletar e divulgar, sistematicamente, dados sobre as mortes violentas de gays, lésbicas e travestis. Essa falta de informações e registros de uma ditadura que buscou apagar seus rastros, sobretudo sob o recorte específico LGBT nesse período, torna ainda mais difícil dimensionar o alcance e o sentido das violências praticadas. Somente agora é que historiadores e outros pesquisadores estão recuperando este passado a partir dessa lente peculiar da sexualidade.

Não houve uma política de Estado formalizada e tão coerente no sentido de exterminar os homossexuais, a exemplo de como existia uma campanha anunciada e dirigida para a eliminação da luta armada com repressão de outros setores da oposição ao longo dos anos da ditadura. Porém, é muito evidente que houve uma ideologia que justificava o golpe, o regime autoritário, a cassação de direitos democráticos e outras violências, a partir de uma razão de Estado e em nome de valores conservadores ligados à doutrina da segurança nacional. Essa ideologia continha claramente uma perspectiva homofóbica, que relacionava a homossexualidade às esquerdas e à subversão. Acentuou-se, portanto, assumida agora como visão de Estado, a representação do homossexual como nocivo, perigoso e contrário à família, à moral prevalente e aos "bons costumes". Esta visão legitimava a violência direta contra as pessoas LGBT, as violações de seu direito ao trabalho, seu modo de viver e de socializar, a censura de ideias e das artes que ofereciam uma percepção mais aberta sobre a homossexualidade e a proibição de qualquer organização política desses setores. Tratava-se, assim, de uma política destinada a eliminar as diferenças e as diversidades.

Assim, além de um discurso conservador e homofóbico, uma lista das violações, ainda que incompleta, impressiona. Além da repressão política que se abateu sobre toda a sociedade, a comunidade LGBT foi um alvo privilegiado das violências: perseguição a travestis expostas ao olhar vigilante da repressão, sobretudo nos pontos de prostituição, onde eram enquadradas nos crimes de vadiagem (por não terem emprego com registro) ou de perturbação da ordem pública; censura à imprensa, ao teatro, às artes e a outras formas de expressão que simbolizavam de forma aberta as sexualidades dissidentes, muitas vezes com o respaldo do sistema de justiça; homofobia e lesbofobia institucionalizadas nos órgãos de repressão e controle (inclusive contra oficiais das Forças Armadas, como ainda hoje acontece); expurgos de cargos públicos (como o de 15 diplomatas cassados do Itamaraty em 1969, sendo que sete deles o foram sob a justificativa explícita de "prática de homossexualismo, incontinência pública

escandalosa")¹¹; difusão, pela imprensa, do preconceito contra os “desvios”, para reforçar a ideia de degeneração dos valores morais e o estereótipo do “inimigo interno” que justificava a repressão e agravava os preconceitos; desarticulação do então nascente movimento LGBT¹² e dos seus meios de comunicação, destacando-se os diversos jornais e, especialmente, aquele chamado *O Lâmpião da Esquina*, além da ausência de políticas de saúde pública adequadas para tratar das especificidades desses grupos sociais (como cirurgias de transgenitalização etc.)¹³. Documentos também formalizavam essa perseguição. Por exemplo, o pesquisador Pádua Fernandes aponta que em um inquérito feito em Brasília, a "pederastia" foi enquadrada entre as formas de violação da segurança nacional"¹⁴.

As esquerdas e o movimento LGBT

É importante notar que a população LGBT sofreu tanto a violência moralista da ditadura quanto o preconceito no interior dos próprios grupos opositores ao regime. Mas, é preciso ressaltar desde início, que não se pode colocar lado a lado como se equivalentes fossem, a violência de Estado com todo seu aparato de legitimidade e de repressão armada e a concepção atrasada de determinada parcela dos grupos de esquerda que reproduziram o preconceito diluído na sociedade brasileira. É preciso saber diferenciar essas duas formas de LGBTfobia

¹¹ “Em vez de perseguir esquerdistas, como fizeram outros ministérios na época, o Itamaraty mirou nos funcionários cujo comportamento na vida privada afrontaria os “valores do regime”. Entre os aposentados à força, sem direito a defesa, estava o poeta e então primeiro-secretário Vinicius de Moraes. Mantido em segredo há 40 anos, o relatório da comissão confirma que o ódio contra homossexuais foi o fator que mais pesou na escolha dos cassados. Dos 15 pedidos de demissão de diplomatas, sete foram justificados com as seguintes palavras: “Pela prática de homossexualismo, incontinência pública escandalosa” (O Globo, 2009). Repressão no Itamaraty: os tempos do AI-5. Reportagem de Bernardo Mello Franco. O Globo, Domingo, 28/06/2009.

¹² Sobre certo atraso imposto ao movimento LGBT brasileiro, Green afirma que “parece claro que se o governo militar não tivesse deslançado uma onda de repressão, ampliado a censura e restringido os direitos democráticos em fins de 1968 com a imposição do AI-5 além de outras medidas, um movimento politizado pelos direitos de gays e lésbicas possivelmente teria surgido já no início dos anos 70”. GREEN, James N. Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 1999, p. 454.

¹³ QUINALHA, Renan. A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2014.

¹⁴ <http://opalcoemundo.blogspot.com.br/2014/03/desarquivando-o-brasil-lxxxi-ditadura-e.html>

vividas durante a ditadura, cada uma delas com um alcance e um sentido diferenciados em relação à outra.

De qualquer modo, feita essa advertência, é importante registrar as dificuldades que pessoas LGBT tinham de assumirem seus desejos e identidades mesmo dentro das esquerdas. Marisa Fernandes, em seu depoimento prestado na audiência pública, faz referência a “uma ditadura de esquerda que não compreendia a discussão da diversidade e nós transitávamos entre esses dois espaços: a ditadura político-militar imposta e o espaço das esquerdas, que era onde a gente gostaria de achar um canal de expressão, mas que não dispunha desse canal aberto”. Por sua vez, James Green, em seu depoimento, afirma “que grandes setores das esquerdas compartilhavam as mesmas noções moralistas e homofóbicas que marginalizavam os seus militantes, que tinham desejos homoeróticos”.

Exemplo dessa marginalização de militante homossexual é Herbert Daniel, que passou por diversos grupos de resistência armada e participou de várias ações políticas importantes. Conforme ele relata em sua autobiografia, sua sexualidade teve de ser “esquecida” para que pudesse atuar politicamente no período:

Meus problemas pequeno-burgueses me preocupavam, como empecilhos que eu tivesse para poder me tornar um bom revolucionário. Entre eles a sexualidade, mais explicitamente, a homossexualidade. Desde que comecei a militar, senti que tinha uma opção a fazer: ou eu levaria uma vida sexual regular – e transtornada, secreta e absurda, isto é, puramente “pequeno-burguesa”, para não dizer “reacionária”, ou então faria a revolução. Eu queria fazer a revolução. Conclusão: deveria “esquecer a minha sexualidade¹⁵”.

Há casos até mais graves ainda que pouco conhecidos. Uma das organizações revolucionárias atuantes nessa época chegou a cogitar, segundo depoimentos de ex-presos, um possível “justiçamento” (execução deliberada pela

¹⁵ Herbert Daniel. *Passagem para o próximo sonho: um possível romance autocrítico*. Coleção Edições do Pasquim. Rio de Janeiro: Editora Codecri, p. 96.

direção da organização) de dois homens militantes que estavam tendo um caso amoroso dentro da prisão¹⁶.

Contudo, é preciso reconhecer e registrar que foi justamente desse amplo campo da oposição à ditadura que, a despeito de tensões e diferenças, foi irradiada as alianças iniciais e se concretizaram as possibilidades de organização do então nascente movimento LGBT.

A articulação do movimento LGBT

João Silvério Trevisan, escritor reconhecido e importante militante LGBT, tentou fundar um grupo para organizar o movimento em São Paulo já em 1976, depois do seu autoexílio nos Estados Unidos e no México. No entanto, o medo ainda imperava de modo a impedir a articulação desses setores¹⁷.

Com as mobilizações estudantis retomadas a partir de 1977, os estudantes voltaram a conquistar as ruas. Outros grupos, como as feministas, também irromperam na cena pública. Também o movimento negro passou a se articular. Enfim, toda a demanda represada de duas décadas de repressão passa a assumir a feição de uma sociedade civil pulsante e repleta de pautas na luta pela redemocratização.

Nessa linha, em um contexto internacional favorável com o "gay power" e a experiência dos grupos latino-americanos Nuestro Mondo (1968) e Frente de Libertação Homossexual (1971) com seu Boletim SOMOS, um marco fundamental foi a fundação do Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais,

¹⁶ James Green investigou este caso em artigo no qual "direciona o olhar para o interior da esquerda brasileira, visando descobrir como os militantes radicais compreendiam a homossexualidade e como lidavam com membros de suas organizações que estavam em relacionamentos amorosos e sexuais com o mesmo sexo. Além disso, o artigo investiga como revolucionários com desejos homossexuais lidaram com as atitudes de esquerda em relação à homossexualidade". GREEN, James. *"Quem é o macho que quer me matar?": Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970*. Revista Anistia Política e Justiça de Transição, p. 62.

¹⁷ Seu livro "Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade" (São Paulo, Record, 1996) segue sendo uma obra referencial para a compreensão da homossexualidade masculina e do movimento LGBT no Brasil.

em maio de 1978, em São Paulo, cujos membros adotariam o novo nome SOMOS em fevereiro de 1979.

Do ponto de vista jornalístico, merece destaque a Coluna do Meio do jornal *Última Hora* de São Paulo, que era escrita por Celso Curi, com o objetivo de noticiar a sociabilidade homossexual. Ademais, é preciso reconhecer que a mais importante iniciativa de comunicação foi a publicação mensal do *Lampião da Esquina*, que saiu nas bancas de jornal a partir de abril de 1978.

Para que se tenha uma ideia da linha política do jornal, vale transcrever um trecho do seu primeiro editorial:

Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral a imprensa noticia promessa de um Executivo menos rígido, fala-se da criação de novos partidos políticos, de anistia, de uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareje uma 'abertura' do discurso brasileiro... Nós pretendemos, também ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados — dos negros, índios, mulheres, as minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de pátrias¹⁸.

Nas palavras de Marisa Fernandes, em seu depoimento, “o "Lampião" não se dizia, não se autointitulava um jornal apenas homossexual, ele surge em 1978 e trabalhava com todas as diversidades, era incrível como um jornal que vai de 1978 a 1981, ele trabalha absolutamente tudo, é tão vanguarda, que mesmo lendo esses dias, relendo todos esses - aqui, olha como eles estão velhinhos, são velhinhos, 1978, 1979, 1980, como é moderno, como é atual, como ainda é vanguarda o discurso”¹⁹.

¹⁸ Todas as edições desse jornal encontram-se digitalizadas e podem ser acessadas aqui: <http://www.grupodignidade.org.br/blog/cedoc/jornal-lampiao-da-esquina/>

¹⁹ Segundo ela, Nessa edição especial do Lampião: ““amor entre mulheres”, é a primeira vez, pelo menos até os estudos que eu venho... as pesquisas que eu venho fazendo até então, que as lésbicas escrevem sobre lésbicas: “sabemos e conhecemos a existência da repressão, e não falamos apenas daquela do camburão, do cassetete, da bomba de gás, falamos daquela que está presente, nas nossas relações na família, no emprego, com os amigos na escola. Falamos da repressão que, pelos mais variados mecanismos, meios de comunicação, educação, religião e outros, nos diz o que somos ou devemos ser, querer, desejar, na tentativa de nos amoldar. Nos diz ainda quais são os valores que devem reger nossa conduta, comportamento, desejos. Nos diz enfim, que para o bem da ordem, é necessário, calar, sufocar, sob pena de ... a repressão perpassa todas as esferas do nosso existir, o fato de sermos mulheres homossexuais duplica a nossa barra. Nós estamos atrasadas, porque os valores garantidos pelos esquemas repressivos têm conseguido um desempenho eficaz, nós estamos atrasadas porque eu, você, aquele ali,

Um momento importante dessa articulação dos novos movimentos, muitas vezes tensa, com a esquerda tradicional, ocorreu Semana de Discussão sobre Minorias ocorrida na USP em fevereiro de 1979. Ela foi promovida pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais e sua corrente estudantil *Vento Novo*, então encabeçada por André Singer. James Green, em seu depoimento, relata esse evento: “em fevereiro de 1979, nas Ciências Sociais da USP, onde André Singer, tem que lembrar o nome dele, que era um jovem estudante de Ciências Sociais, organizou um ciclo de debates sobre os ditos movimentos de minorias, que foi uma noção pouco ampla naquela época, pelo menos era uma tentativa de abrir um debate novo, e houve uma noite sobre homossexualidade”²⁰.

O diálogo entre esses grupos emergentes e a compreensão de que as pautas tinham relação estreita entre si começa a aparecer. Green narra, por exemplo, que no ano de 1979, “esse setor do grupo SOMOS, que era mais preocupado em ligar-se com outros movimentos sociais, nós propusemos participar, como nossa primeira atividade pública, no dia 20 de novembro, dia de Zumbi, dia da Consciência Negra, participar no ato que o movimento negro unificado estava organizando em frente do teatro municipal, e fomos com uma grande faixa dizendo "Contra a discriminação racial, SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual”²¹.

Todas estas atividades pioneiras convergiram no Primeiro Encontro Nacional de Grupos Homossexuais Organizados na Escola Paulista de Medicina em São Paulo, ocorrido em abril de 1980. Houve também a participação de umas 50 pessoas LGBT no Primeiro de Maio. Logo após, duas semanas depois, deve ser mencionada a passeata contra a repressão policial do delegado José Wilson

aquela outra, nós, enfim, também assimilamos essa repressão toda. Nós estamos atrasadas, mas nos propondo na atualidade a meter o cotovelo e ir abrindo o caminho, o tempo passa, mas na raça nós chegaremos lá, as coisas têm de mudar, acabamos de ter uma alucinação democrática, nós estamos atrasadas, mas ninguém melhor do que nós para lutar contra a opressão a que estamos submetidas. Já lemos nalgum lugar, ninguém melhor que o oprimido para lutar contra a opressão”. 98^o audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”.

²⁰ 98^o audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”.

²¹ 98^o audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”.

Richetti no centro de São Paulo na data de 14 de junho, um evento que deve ser lembrado como a primeira mobilização pública do movimento LGBT no Brasil.

A emergência do movimento LGBT com a organização de fóruns e de manifestações como as descritas não passou, contudo, despercebida pelos órgãos de repressão. Fieis à ideologia da segurança nacional que, como apontado, identifica as homossexualidades como elemento desagregador da família brasileira e subversivo aos valores morais tradicionais, houve intensa vigilância e perseguição.

A repressão policial contra LGBTs em São Paulo

São Paulo, por ser o Estado mais importante do ponto de vista econômico, foi um alvo privilegiado da repressão e, também, um palco destacado da resistência.

Com efeito, concentraram-se em território paulista diversos aparatos de repressão, como a Operação Bandeirante iniciada em 1969 posteriormente transformada no DOI-CODI, além do DOPS que já existia. Aqui, também, foi o epicentro de diversos grupos de guerrilha urbana e de movimentos sociais durante a redemocratização.

Durante todo o período da ditadura, as políticas de controle social e de repressão política adotaram, em muitos casos, um viés conservador em termos morais. O padrão de policiamento que ocorreu no centro da cidade de São Paulo, entre 1976 e 1982, nos governos estaduais de Paulo Egídio Martins e Paulo Salim Maluf, é exemplar do ponto de vista de como operou a repressão a setores LGBT. As polícias civis e militares estruturaram-se para tais operações, com respaldo da Secretaria de Segurança Pública sob comando do coronel Erasmo Dias. Além disso, o delegado Guido Fonseca elaborou estudos criminológicos de centenas de travestis, recomendando a contravenção penal de vadiagem como instrumento para o combate à homossexualidade. Ainda, durante o governo de Paulo Maluf (1979-1982), rondas de policiamento ostensivo intensificaram-se na área central

da cidade, região sob o comando do delegado José Wilson Richetti²², perseguindo claramente grupos vulneráveis e estigmatizados.

Em 1º de abril de 1980, o Estado de São Paulo publica matéria intitulada "Polícia já tem plano conjunto contra travestis", no qual registra a proposta das polícias civil e militar de "tirar os travestis das ruas de bairros estritamente residenciais; reforçar a Delegacia de Vadiagem do DEIC para aplicar o artigo 59 da Lei de Contravenções Penais; destinar um prédio para recolher somente homossexuais; e abrir uma parte da cidade para fixá-los são alguns pontos do plano elaborado para combater de imediato os travestis, em São Paulo"²³.

A matéria cita uma fala de Paulo Boncristiano, delegado seccional sul de polícia à época, para quem "estão dando excessiva liberdade a estes homossexuais que tomaram conta das ruas importantes da Capital e de bairros estritamente residenciais".

Ele e o Coronel da PM Sidney Gimenez Palácios traçaram juntos esse "esquema de prevenção" após ficarem "impressionados com as reportagens publicadas pelo *O Estado* sobre o perigo que representam os travestis nas ruas da cidade".

A cobrança de medidas mais enérgicas da imprensa em relação às polícias gerou resultados e a repressão se intensificou a partir de junho de 1980, diante da visita iminente do Papa João Paulo II na cidade de São Paulo. As polícias paulistas conjugaram esforços na formulação e execução da política "Limpeza", posteriormente conhecida como "Rondão".

Essas "rondas" comandadas por José Wilson Richetti, chefe da Seccional de Polícia da Zona Centro desde maio de 1980, tinham por objetivo "limpar" a área central da presença de prostitutas, travestis e homossexuais²⁴. O método utilizado

²² Esta seção do relatório é derivada dos artigos "As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976 – 1982)" de Rafael Freitas e "Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e a invisibilidade" por Marisa Fernandes, que estão publicados na já mencionada coletânea *Ditadura e homossexualidade no Brasil: repressão, resistência e a busca da verdade*.

²³ OESP, em sua página 20.

²⁴ Dois dias depois de sua posse, em 22 de maio, é anunciada a Operação Cidade, a primeira grande operação de rondão com o objetivo de limpar a cidade anunciada por Richetti, composta por 20 delegados e 100 investigadores que atuavam 24 horas por dia. Tal operação durou somente

pelas forças de segurança era o de realizar batidas policiais em locais frequentados pelas pessoas LGBT, especialmente as travestis, que eram levadas “para averiguação” às dependências policiais, tendo por fundamentos legais a contravenção penal de vadiagem e a prisão cautelar prevista no Código de Processo Penal de 1941, então em vigor. Segundo consta de declaração do delegado à imprensa, de 300 a 500 pessoas eram levadas por dia para delegacias²⁵.

Em outra matéria de jornal, Richetti afirma que o “lenocínio é um crime social, é um crime contra os costumes. Precisamos tirar das ruas os pederastas, os maconheiros, as prostitutas”. E complementa: “em 70, não havia travestis e as prostitutas não roubavam como fazem hoje. Perdemos a cidade para eles. Qual é a família que se atreve a sair no centro da cidade à noite? No Largo do Arouche, os travestis param os carros e sentam no capô. É possível uma coisa dessas” ²⁶.

No dia 31 de maio, dois dias após o diretor do DEGRAN, Rubens Liberatori, anunciar a extensão para toda cidade das rondas, a Secretaria de Segurança Pública do Estado publica uma nota oficial sobre as operações de rondão do delegado Richetti: “O Delegado de Polícia José Wilson Richetti é o comandante e chefe de uma guerra sem quartel em toda a área central da cidade, não esperando a queixa que o cidadão possa apresentar, mas indo nos locais suspeitos ou sabidamente condenáveis, para conduzir, a qualquer um dos oito distritos policiais que integram a Seccional Centro, o explorador de lenocínio, o rufião, o travesti, o traficante de tóxicos, o assaltante, o “trombada” ou a prostituta que acintosamente realiza o seu comércio nas vias públicas” ²⁷. A nota tem o caráter de legitimar a autoridade do delegado de polícia perante a população e informar que os rondões são uma política de segurança oficial do Estado.

um dia e teve como resultado 172 pessoas presas, segundo o delegado Richetti “homossexuais, prostitutas, travestis e um indivíduo com posse ilegal de arma”.

²⁵ “Sociólogo detido por “ronda” de Richetti fica preso três dias”. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 de junho de 1980, Primeiro Caderno, p. 14.

²⁶ “Delegado quer ‘botar pra quebrar’”. Folha de São Paulo. 27 de mai de 1980. Primeiro Caderno, p. 11.

²⁷Folha de São Paulo, 31 mai.1980, p.12.

Mas essas iniciativas repressivas geraram indignação de diversos setores. A advogada Dra. Alice Soares, do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, foi uma pessoa fundamental na defesa das prostitutas e travestis perseguidas ao oferecer gratuitamente serviços de assistência judiciária. A Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de São Paulo, conforme matéria publicada na Folha de São Paulo, formou uma comissão de conselheiros para elaborar nota de repúdio “às violências policiais praticadas sob comando do delegado Wilson Richetti, sob pretexto de ‘limpar’ as áreas centrais da cidade de São Paulo” ²⁸.

Na mesma linha, a capa do jornal *O Lâmpião da Esquina*, em sua edição de nº 21, publicada em fevereiro de 1980, aborda o tema da prisão cautelar que já vinha sendo largamente utilizada como instrumento para perseguição e encarceramento desses grupos vulneráveis. Na matéria, o jornalista João Carlos Rodrigues afirma que “a prisão por ‘suspeita’ atinge diretamente aos homossexuais e outras minorias, como os negros, por exemplo” (p. 8).

O mesmo jornal *Lâmpião* traz, em sua edição de julho de 1980, textos com denúncias sobre a repressão de Richetti. Vale ainda destacar dois pronunciamentos de parlamentares em repúdio às violências policiais: o do Deputado Estadual Fernando Moraes, em discurso proferido na 65ª sessão ordinária de 12/06 de 1980, e o do Deputado Estadual Eduardo Suplicy, em discurso proferido na 77ª sessão ordinária do dia 30/06/1980.

A capa do jornal Folha de S. Paulo do dia 6 de junho noticia a organização de uma manifestação de prostitutas e travestis contra os rondões do delegado Richetti, que aconteceria no dia seguinte, na Praça Júlio de Mesquita, às 10 horas da manhã. Segundo a reportagem, estava prevista a queima de um boneco de três metros de altura representando o delegado Richetti. Depois de uma reunião com Rubens Liberatori, o delegado declarou à FSP: “Vou fazer de conta que não é comigo. Bem vou ficar na cidade. Vou considerar isso uma brincadeira. Estou limpando a cidade com as prisões de prostitutas e travestis e vou continuar

²⁸ “Documento da OAB critica Richetti”. Folha de São Paulo. 13 de jun de 1980, p. 12.

fazendo isso. Que protestem e me queimem em praça pública. Não vai adiantar nada.”²⁹

A repressão de Richetti contribuiu para a unificação dos movimentos sociais que emergiam com mais força nesse momento de abertura política: estudantil, feminista, LGBT e negro. Todos convocaram um ato público contra a violência policial para o dia 13 de junho, na frente do Teatro Municipal. Em uma carta aberta à população, assinada por 13 entidades, pediam a destituição de Richetti do comando da Delegacia Seccional. Ele e o secretário de Segurança Pública Octavio Gonzaga Junior foram convidados a prestar esclarecimentos aos deputados na ALESP.

Conforme lembra o pesquisador Pádua Fernandes, baseado em documento da repressão, “esse movimento gerou uma resposta à imprensa do DOPS/SP. Nesta nota interna, não se disfarça a discriminação. Fala-se em “degradação humana (movimento de lésbicas, travestis, etc.)”, contrastando com “as famílias que representam a grande maioria, em comparação com ‘as minorias oprimidas’”. O uso das aspas não disfarça que se trata realmente de uma orientação política de discriminação do Estado contra minorias”.³⁰

Lembra Marisa Fernandes que, na preparação desse ato, “as lésbicas passaram a noite, nós passamos a noite, pintando uma faixa de algodão pra poder ir para essa manifestação cuja concentração era nas escadarias do Municipal, a gente estava, sabia que tinha que abrir essa caminhada, “ah não, as lésbicas têm que abrir, as mulheres na frente” e lá vamos nós, contagiadas pelo medo, cada gesto muito medido, nós distribuimos panfletos, chegamos antes pra poder convidar a população ali e deixar claro para todos que aquela passeata era contra a polícia e a favor das vítimas, contra o abuso dos policiais que ofendiam os nossos sentimentos mais íntimos, nossos corpos e nos feriam moralmente”.

Essa foi a primeira grande mobilização política do movimento LGBT brasileiro, preconizando as grandes manifestações de rua que posteriormente seriam organizadas nas Paradas de Orgulho LGBT por todo o país.

²⁹Folha de São Paulo, 06 jun. 1980, p.8.

³⁰ <http://opalcoemundo.blogspot.com.br/2014/03/desarquivando-o-brasil-lxxxi-ditadura-e.html>

Mesmo com toda essa reação, deve-se notar que, já em 1989, o deputado estadual Afanásio Jazadji encaminhou o Projeto de Lei nº 368 visando dar a denominação de "Dr. José Wilson Richetti" à Delegacia Seccional de Polícia Centro, do departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo. Essa homenagem ao delegado Richetti foi aprovada e convertida na Lei 7076 de 30/04/1991, que deve ser revogada.

Vale destacar, ainda, outro episódio de violência policial contra as travestis perpetrada pelo delegado Guido Fonseca. É verdade que desde 1976 as travestis já eram alvos privilegiados do policiamento ostensivo na cidade de São Paulo. A Portaria 390/76, da Delegacia Seccional Centro, autorizava a prisão de todos os travestis da região central da cidade para averiguações.

Segundo essa mesma portaria, o cadastro policial dos travestis "deverá ser ilustrado com fotos dos pervertidos, para que os juízes possam avaliar seu grau de periculosidade", dando às imagens importância fundamental no inquérito policial.

A partir dos Termos de Declarações colhidos das travestis com informações sobre profissão, ganho mensal, gastos com hormônios e aluguel, além das imagens já referidas, Guido Fonseca fez uma série de estudos criminológicos com esse segmento que ele caracteriza como perversão³¹.

Entre 14 de dezembro de 1976 e 21 de julho de 1977, 460 travestis foram sindicados para o estudo, sendo lavrados 62 flagrantes. O resultado mostra que 398 travestis foram importunados com interrogatório sem serem "vadios", tendo sido obrigados a demonstrar comprovação de trabalho com mais exigências que o restante da população, já que a portaria 390/1976 da Delegacia Seccional Centro estabelecia que travestis deveriam apresentar RG e carteira de trabalho acompanhada de xerocópia, sendo esta última encaminhada pela autoridade seccional para arquivo destinado somente às travestis. Se não tivessem os documentos referidos, as travestis eram encaminhadas ao distrito policial para lavratura do respectivo inquérito por vadiagem.

³¹FONSECA, Guido. *Relatórios da Polícia Civil*. São Paulo: Tomo XXX, 1977.

As lésbicas também foram alvos das ações repressivas do Estado e de estabelecimentos comerciais, mas há ainda menos registros dessas histórias particulares. O jornal Lampião da Esquina chegou a publicar informações sobre as operações do delegado Richetti nos bares Ferros, Bixiguiinha e Cachação. A chamada Operação Sapatão, realizada no feriado de 15 de novembro de 1980, deteve todas as frequentadoras destes estabelecimentos. Mesmo portando documentos regularmente, as mulheres foram detidas sob o argumento “você é sapatão”. As lésbicas detidas denunciaram ao jornal que foram extorquidas por agentes públicos para serem liberadas.

Merece ainda destaque um episódio peculiar envolvendo O Ferro's Bar, na Rua Martinho Prado, que ficou conhecido como o “pequeno Stonewall brasileiro”, em referência à histórica rebelião de homossexuais ocorrida nos EUA em 1969.

Esse bar sempre foi muito frequentado pelo público lésbico à noite, sendo que ali também os grupos de militância atuavam: discutiam, vendiam os boletins ChanacomChana, divulgavam eventos etc. Apesar da má vontade do dono do bar em receber esse público, era um reduto das lésbicas na noite paulista.

Na noite do sábado 23 de julho de 1983, algumas ativistas estavam vendendo o Boletim Chana com Chana dentro do Ferro's e, em certo momento, o proprietário, os seguranças e o porteiro quiseram expulsá-las à força. Disseram que elas estavam proibidas de entrar ali e vender os boletins. Graças à resistência das presentes, as militantes puderam permanecer ali. Mas, nos próximos dois meses que se seguiram, enfrentavam resistência e ameaça por parte do porteiro que as tentava retirar dali. Assim, as lésbicas decidiram pela retomada do Ferro's Bar e marcaram essa ação política para a noite de 19 de agosto do mesmo ano. Para tanto, articularam-se com a imprensa, ativistas gays e lésbicas, feministas, ativistas dos direitos humanos e com a Vereadora Irede Cardoso, os deputados Ruth Escobar e Eduardo Suplicy, sob organização da militante lésbica Rosely Roth.

Conforme depoimento de Marisa Fernandes na primeira audiência pública desta Comissão Estadual da Verdade de São Paulo de São Paulo:

O Ferros Bar foi o mais importante espaço para as lésbicas de São Paulo, muito antigo, bar e restaurante, durante o dia um restaurante, durante a noite uma verdadeira sapataria, né? Lésbicas saindo pelo ladrão, dávamos muito lucro para aquele bar, que tinha um banheiro só, portanto dávamos bem pouca despesa, porque era mais fácil fazer xixi em outro lugar do que lá, não é? Mas eles não permitiram que a gente vendesse, os donos, que vendessem nosso "Chana com Chana", o jornalzinho que passou ali. Eles em 1983, em agosto proibiram a gente de vender isso lá dentro, apesar de todo o lucro que a gente dava, foi quando nós montamos, as lésbicas, eu não estava me São Paulo no momento, mas as lésbicas do GALF organizaram uma invasão, e aí chamaram a imprensa, chamaram a Irede Cardoso que esteve lá presente, a vereadora, e os ativistas gays e lésbicas foram todos pra lá, invadiram o Ferros Bar, e, como eles alegaram que a gente estava fazendo arruaça, dentro de tão comportado ambiente, o dono chamou a polícia, mas deu sorte naquela noite, a polícia acabou sendo imparcial. A Irede chamou os donos, porque eles se calaram, desapareceram, ela os fez estar presentes e houve muito discurso, foi um Stonewall brasileiro com certeza, é considerado o dia 19 de agosto, também Dia Nacional da Visibilidade Lésbica em referência a essa invasão do Ferros Bar. A Rosely Roth foi a mulher que encabeçou esta invasão do Ferros, foi uma das mais importantes, se não a mais importante, militante lésbica desse período da ditadura, ela viveu só 30 anos de idade.

Censura e sistema de justiça³²

Os preconceitos homofóbicos embutidos na ideologia anticomunista e moralista adotada pelo regime militar infiltravam todos os espaços nos quais o estado de exceção operava. Embora houvesse a censura da imprensa e de outros meios de comunicação e expressão antes do golpe de 1964, a preocupação de "moralizar o país" reforçou a intervenção do Estado no controle da cultura sob diversos aspectos.

Um exemplo é a proibição, em 1973, do tradicional concurso de fantasias do Teatro Municipal que era realizado em todos os carnavais. Como havia muitos homossexuais e inversões de gênero, o coronel responsável o proibiu como relatou Green na primeira audiência pública realizada.

³² O conteúdo desta seção é baseado em três capítulos do livro *Ditadura e homossexualidade no Brasil: repressão, resistência e a busca da verdade*, organizado por James N. Green e Renan H. Quinalha: "Um Lampião iluminando esquinas escuras da ditadura" por Jorge Caê Rodrigues; "Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e a invisibilidade" por Marisa Fernandes; e "De Denner a Chrysóstomo: as homossexualidades na ditadura – 1972 a 1983" por Rita de Cassia Colaço Rodrigues.

Um dos casos mais graves e dramáticos de censura durante este período que merece registro foi a campanha contra as obras de Cassandra Rios, uma escritora cuja ficção sobre a lesbianidade nada agradou os cães de guarda da “moral e bons costumes”. Conforme relatou Marisa Fernandes na audiência pública no Memorial da Resistência, Cassandra publicou 50 livros, com mais de 10 edições em média cada um, vendendo mais de 1 milhão de exemplares. Das 50 obras publicadas, 36 foram censuradas na ditadura. Dezesesseis processos judiciais foram propostos contra o seu livro *Eudemônia*. As acusações iam sempre no sentido de que seus textos continham conteúdo imoral e que aliciavam o leitor à homossexualidade. Os danos financeiros para ela e suas editoras eram enormes, pois as forças da repressão e censura retiravam as suas obras das livrarias e apreendiam os seus livros nas gráficas. Infelizmente, artistas e intelectuais que geralmente se mobilizavam contra os atos arbitrários da ditadura não chegaram a se solidarizar com Cassandra Rios na sua luta interminável contra a censura, provavelmente por causa do conteúdo das suas obras. Pode-se afirmar que Cassandra Rios foi a artista mais censurada deste país durante a ditadura militar.

Se livros, jornais, peças de teatro, letras de músicas e filmes sofreram censura durante o regime autoritário, sendo que os autores tinham que driblar representantes do governo que exigiam a eliminação de personagens gays e lésbicas ou cenas, diálogos ou frases “imorais,” a televisão tenha sido talvez o alvo prioritário dos guardiões da “moral e dos bons costumes”. A expansão dramática das redes de televisão a nível nacional e o seu alcance entre todas as camadas sociais criaram um meio de comunicação que dominava o consumo de cultura no país. O Código Brasileiro de Telecomunicações e a Lei de Imprensa, ambos de 1967, bem como a Lei de Segurança Nacional, de 1969, ofereceram instrumentos formais e legais para controlar o acesso à informação e as possibilidades de moldar o conteúdo de programação dentro dos estreitos parâmetros ideológicos do regime.

Se, durante o governo Médici, os meios de comunicação sofreram forte pressão da censura, também na distensão e na abertura dos governos de Geisel

e Figueiredo, a censura seguia perseguindo as pessoas que ofereciam uma visão mais tolerante da homossexualidade ou que, ao menos, não a ligavam com opiniões depreciativas. Celso Curi, um jornalista do jornal *Última Hora*, de São Paulo, que publicou "A coluna do meio" entre fevereiro 1976 e novembro de 1977, dirigida ao leitores gays, foi processado por "promover a licença de costumes e o homossexualismo especificamente". Na denúncia que o Promotor Público ofereceu ao Juiz de Direito de 14ª Vara Criminal da Comarca de São Paulo, o Estado alegou que "o homossexualismo é claramente exaltado, defendendo-se abertamente as uniões anormais entre seres do mesmo sexo, chegando inclusive a promovê-las através da seção Correio Elegante", que funcionava para ajudar jovens a se conhecerem.³³ Infelizmente, como no caso de Cassandra Rios, os setores mais amplos de oposição à ditadura não se mobilizaram na defesa de Curi e ele somente foi absolvido em março de 1979.

Enquanto Curi respondia a um processo em São Paulo, um inquérito criminal foi instaurado, também em São Paulo, no ano de 1978, contra os onze jornalistas da Revista *IstoÉ* que foram responsáveis pela matéria "O poder homossexual", sob a acusação de "fazer apologia malsã do homossexualismo". No mesmo ano e na mesma cidade, outro inquérito criminal foi instaurado contra os jornalistas da revista *Interview* por matéria de conteúdo homossexual³⁴.

Estas ameaças recorrentes do Estado contra conteúdos jornalísticos que retratavam a homossexualidade positivamente ou de forma não pejorativa não tiveram o condão de impedir a fundação do jornal *Lampião da Esquina*, cujo número 0 (zero) foi lançado em abril de 1978 precisamente com o caso de Celso Curi na capa. Primeiro jornal que defendia abertamente os direitos dos homossexuais, o *Lampião* imediatamente incentivou a formação do primeiro grupo de ativistas no país, que adotou o nome *SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual*. Os agentes da repressão acompanharam de perto tanto o impacto do jornal *Lampião* quanto o emergente movimento e, como citamos anteriormente,

³³ TREVISÃO, João Silvério, Demissão, processo, perseguições: mas qual é o crime de Celso Curi? *Lampião da Esquina*, n. 0, (abril 1978), p. 6-8.

³⁴ CONSELHO EDITORIAL, "Sinal de Alerta, *Lampião da Esquina*, nº 5, (outubro de 1978), p. 16.

um agente do CIE escreveu sobre a imprensa que “pode-se estimar alto interesse comunista no proselitismo em favor do tema [da homossexualidade]”.

Dada a repressão contra jornalistas da grande imprensa, não houve grandes surpresas quando os editores do jornal *Lampião* — jornalistas, escritores, professores e artistas — começaram a sofrer pressões e assédios. Em agosto de 1978, o jornal foi alvo de um inquérito policial que durou 12 meses, com a ameaça de serem enquadrados na Lei de Imprensa, segundo a qual eles poderiam receber até um ano de prisão por atentar contra a “moral e os bons costumes”. No dia 2 de abril de 1979, cinco editores compareceram à sede da Polícia Federal do Rio de Janeiro para serem indiciados criminalmente. No segundo semestre desse mesmo ano, os editores de São Paulo também foram indiciados criminalmente e, na mesma época, várias bancas de jornal em diferentes cidades do país foram vítimas de bombas de grupos direitistas que deixaram panfletos anônimos exigindo que os jornais alternativos ou revistas pornográficas, entre os quais o jornal *Lampião*, parassem de ser vendidos. O processo foi posteriormente arquivado por sentença do juiz da Vara Federal da Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro, porém esta tentativa de silenciar uma voz nacional importante do incipiente movimento homossexual afetou o funcionamento do jornal e foi um dos fatores que levou os editores a fecharem o periódico em 1981.

Hoje em dia, com a ausência de censura do Estado sobre a imprensa e a internet que oferece uma variedade de fontes de informação ao público, é difícil entender o significado e os efeitos da censura nas vidas de jovens gays e lésbicas, que viviam a experiência política de uma ditadura e que, pessoalmente, estavam descobrindo a sua sexualidade. No entanto, a falta de modelos positivos na mídia para contrapor os preconceitos e os estereótipos tradicionais foi um legado da ditadura para a homolebotransfobia ainda atual em nosso país. Justamente quando na Europa e nos Estados Unidos novos discursos e imagens da homossexualidade circulavam e também quando movimentos surgiram para contestar conceitos conservadores – para não dizer reacionários - sobre gênero e sexualidade, a censura bloqueava o acesso do público brasileiro a essas novas ideias. Os precursores desse movimento que tinham a coragem de enfrentar a

ideologia homofóbica da ditadura tinham de encarar um aparelho do Estado consolidado por meio da censura e do sistema de justiça, criminalizando desejos, perspectivas e opiniões sobre a homossexualidade. Quantos jovens se mataram por não terem entendido a sua sexualidade e por não terem tido acesso a informações sobre essa questão? É uma pergunta de difícil resposta, mas resta claro que a censura serviu como instrumento para a prática de violações de direitos humanos durante a ditadura militar.

Recomendações

1. Criminalização da homolesbotransfobia;
2. Aprovação de lei garantindo a livre identidade de gênero;
3. Construção de lugares de memória dos segmentos LGBT ligados à repressão e à resistência durante a ditadura (ex. Delegacia Seccional do Centro na Rua Aurora, Departamento Jurídico XI de Agosto, Teatro Ruth Escobar, Presídio do Hipódromo; Ferro`s Bar; escadaria do Teatro Municipal etc);
4. Pedidos de desculpas oficiais do Estado pelas violências, cassações e expurgos cometidos contra homossexuais em ato público construído junto ao movimento LGBT;
5. Reparação às pessoas LGBT perseguidas e prejudicadas pelas violências do Estado;
6. Convocação dos agentes públicos mencionados para prestarem esclarecimentos sobre os fatos narrados no presente relatório;
7. Revogação da denominação de "Dr José Wilson Richetti" dada à Delegacia Seccional de Polícia Centro, do departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo pela Lei 7076 de 30/04/1991;
8. Suprimir, nas leis, referências discriminatórias das homossexualidades: um exemplo é o artigo 235 do Código Penal Militar, de 1969, do qual se deve excluir a referência à homossexualidade no dispositivo que estabelece ser crime "praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar".